

PMDB e PFL se unem para obter amplo acordo na redação da Carta

BRASÍLIA — PMDB e PFL trabalharão juntos para elaborar um projeto de consenso que substitua o relatório de Bernardo Cabral para a nova Constituição. Este foi o acordo firmado ontem pelos presidentes dos dois partidos, Deputado Ulysses Guimarães e Senador Marco Maciel, que esperam com este procedimento evitar confrontos dentro da Aliança Democrática nas discussões e votações no plenário da Constituinte.

O Presidente da Constituinte e do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, assumiu ontem a coordenação das articulações dentro do PMDB e com os outros partidos representados na Assembléia, com o objetivo de assegurar, no anteprojeto, uma redação final capaz de assegurar, o máximo possível, os interesses das várias correntes ideológicas e partidárias.

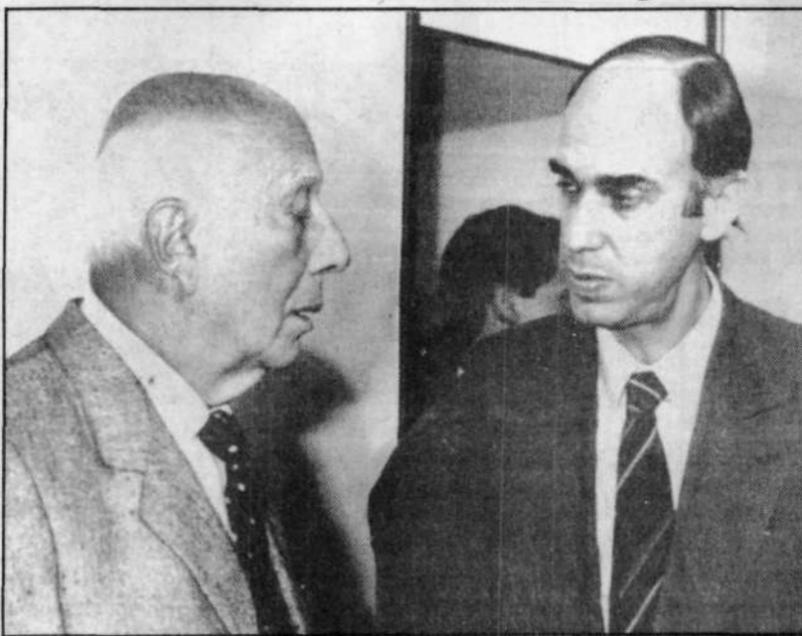
Ontem, Ulysses conversou longamente com dois representantes da chamada ala "progressista", do PMDB: o Líder do partido na Constituinte, Mário Covas, e o Líder no Senado, Fernando Henrique Cardoso.

A seguir, Ulysses Guimarães foi até a Presidência do PFL para um encontro com seu Presidente, Senador Marco Maciel. As negociações internas no PMDB e com os outros partidos vão se desenvolver principalmente sobre as questões polêmicas e já está praticamente acertado que uma delas, o sistema de Governo, será deixada para o final.

A estratégia é manter o cronograma de prazos da Constituinte, mas administrá-lo de forma que haja mais tempo, dentro da Comissão de Sistematização, para debate e emendas do substitutivo a ser apresentado pelo Relator Bernardo Cabral.

O próprio Ulysses citou como exemplo do esforço de entendimento que pretende promover, a questão da reforma agrária. Ele quer saber, dentro do PMDB e fora, junto aos outros partidos, em que termos e em que condições cada um pretende tratar do tema na futura Constituição, e onde cada um admite ceder ou não.

Ulysses ressaltou que esse entendimento tem o âmbito estrito na Constituinte, e não se relaciona nem com



Ulysses e Maciel acertam a estratégia dos dois partidos na Constituinte

a preservação da Aliança com o PFL nem com a manutenção ou ampliação da base política de apoio ao Governo.

Ele negou a afirmação do Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, de que seria, a partir de agora, o principal negociador do respatio ao Governo.

— É na Constituinte que se esgotam os meus cuidados. Estamos na reta final e precisamos do entendimento. Não tem nada a ver com Aliança Democrática.

Nesse "processo de indentificação", como chamou Ulysses, das questões polêmicas, o Presidente do PMDB contará com a colaboração dos Líderes Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso.

Depois de uma conversa de uma hora, os três concordaram em pedir a Bernardo Cabral que antecipe a apresentação de seu substitutivo na Sistematização para que se negociem as emendas de mérito, para uma redação final que reflita o pensamento da maioria.

A mesma idéia foi levada ao Presi-

dente do PFL, Marco Maciel. Ulysses só não quer que os prazos finais sejam ampliados. Quanto à realização de três sessões extraordinárias noturnas para debates em plenário, também há acordo.

O Secretário-Geral da CNBB, Dom Celso Queiroz, previu ontem "uma vida muito curta" para uma futura Constituição que não der passos significativos em direção aos benefícios reivindicados pelo povo.

— Se a Lei se distancia demais da realidade, a realidade se vinga da Lei — advertiu ele.

A Igreja está nos planos de Ulysses também, para reuniões e opiniões, dentro do amplo acordo. Mas o Presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, alertou que as emendas populares que chegarão à Assembléia Nacional Constituinte serão "a grande oportunidade para os constituintes mostrarem sua sensibilidade no processo democrático".

Observou que elas representam a vontade do povo e que, se os consti-

Tradução

SEGUNDO informação oficial, a Aliança Democrática aceita adesões, mas não as compra. Em outras palavras, poderão ingressar na Aliança, poderão se identificar ideologicamente com as metas e intenções do Palácio do Planalto e tenham nisto gratificação suficiente. Troco em nomeações, nem pensar.

COMO A Aliança não dispõe de programa partidário próprio, supõe-se que as legendas interessadas deverão procurar afinidades com o programa do PMDB ou com o do PFL.

MAS SÓ com os programas. Apesar do enunciado pomposo, a tese de que co-participação no Poder implica co-responsabilidade na administração — defendida pelo PFL — não é programática.

TRATA-SE de manifestação pragmática, e a ela só têm direito os que pegaram o trem na estação inicial. Porque, traduzida, ela significa empregos e cargos, e mais nada.

tuintes não as acaterem, "o povo não atenderá mais os constituintes".

Segundo ele, as emendas populares têm dois tipos de desdobramento: o primeiro é o de afirmar a participação do povo no processo constituinte; o segundo é o de buscar o respeito dos constituintes a essa vontade popular.

Ele fez um apelo aos deputados e senadores para que observem detidamente o que propõem as emendas populares. Dom Celso faz questão de ressaltar que a Igreja não está procurando criar entraves, muito pelo contrário, quer contribuir para que a nova Constituição seja motivo de orgulho e não de frustração para o povo brasileiro.

Cabral não apóia projeto sobre eleição

BRASÍLIA — O Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), é contra — tanto quanto o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães — encaminhar o projeto de decisão à Mesa da Constituinte, através de solicitação do Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), marcando eleições presidenciais para novembro de 1988.

O Presidente da Constituinte acha que a questão do mandato do Presidente Sarney "é uma questão a ser resolvida no bojo da futura Constituição".

Ulysses não chegou a receber o projeto de Arnaldo Faria de Sá, que depois de conseguido as 188 assinaturas necessárias, tentou fazer a entrega oficial ao Presidente da Constituinte em seu gabinete. Chegando ao Congresso, Ulysses viu a aglomeração de dezenas de jornalistas em volta do Deputado e dirigiu-se diretamente ao plenário, frustrando a intenção de Arnaldo Farias. O Deputado apressou-se em direção a Ulysses, e houve o seguinte diálogo:

— Mas o senhor não vai para o gabinete? Perguntou Ulysses.

— Não — respondeu Ulysses.

— Mas eu combinei com seu assessor.

— Eu não recebi nenhum recado — encerrou o Presidente.

Em vez da entrega registrada pela imprensa, Arnaldo Faria teve que conformar-se, então, com a apresentação do projeto ao Relator da Comissão de Sistematização. Mais tarde, Ulysses Guimarães disse aos jornalistas que iria "dar andamento, dentro do estabelecido pelo Regimento".

O Projeto de Arnaldo Faria de Sá baseia-se no artigo 59 do Regimento, que prevê medidas contra ameaças ao trabalho da Constituinte. Segundo o Deputado, a indefinição do mandato e as preocupações com esse fato causa são motivos para a deliberação imediata da questão.

Cabral disse que a duração do



Cabral recebe o projeto das mãos de Arnaldo Faria

mandato do Presidente Sarney já está definida na Constituição em vigor e será examinada após a promulgação da nova Carta, nas disposições transitórias.

No entanto, se o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, encaminhar a proposta à Comissão, ele a acolherá. E explicou:

— O meu despacho preliminar será favorável pois entendo que a matéria se encaixa nas normas do Regimento Interno da Constituinte. Mas, no mérito, sou contra. Uma decisão destas, antes de promulgada a nova Constituição, atropalaria os fatos políticos. Estamos a três meses da promulgação da nova Carta e o Deputado quer antecipar uma discussão que tem o seu momento oportuno.

Bernardo Cabral voltou a manifestar-se contra o projeto de resolução do Presidente do PL, Deputado Álvaro Valle, que pretende alterar o Regimento Interno para permitir a apresentação de substitutivo na Sistematização e no plenário. Em tom de desabafo, comentou:

— Já estamos com cinco meses de trabalho na Constituinte e até agora ninguém havia pensado nisso. No momento em que chegou a vez de apresentar meu substitutivo, surgem outros que têm o mesmo objetivo? Só posso entender este ato como uma demonstração de cortesia ou da mais absoluta falta de confiança no meu trabalho. Não creio que seja cortesia.

Bispos entregam hoje à Constituinte quatro emendas que a CNBB apóia

BRASÍLIA — A alta hierarquia da Igreja Católica entregará hoje, solenemente, ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, as Propostas dos Bispos para a futura Constituição. São quatro emendas populares — referentes à educação, à liberdade religiosa, à família e à ordem econômica — que foram assinadas por 1.585.719 eleitores de todo o País, num trabalho que mobilizou, desde o mês de maio, seis mil paróquias, escolas, hospitais e outras entidades ligadas à Igreja.

A emenda que obteve o maior número de assinaturas — 43,8 por cento do total — é a que defende o direito à livre educação e a concessão de verbas públicas para as escolas particulares sem fins lucrativos, em contraste com a emenda apoiada por entidades estudantis, que prevê a exclusividade de recursos públicos para as escolas públicas. O Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Celso Queiroz, afirmou que, se esta emenda for acatada, não tem dúvidas de que muitas escolas particulares, até mesmo católicas, não vão querer se beneficiar do dispositivo, "porque isso significaria abandonar a pretensão de lucro".

A segunda emenda que obteve maior apoio — 26,5 por cento — trata dos direitos da família. É nela que a CNBB incluiu um dos maiores princípios da vida desde o momento de sua concepção e a proibição do aborto, da eutanásia e da tortura. Nessa emenda, a CNBB reafirma sua posição contra o divórcio, ao afirmar que a família é constituída pelo matrimônio indissolúvel. De acordo com o Presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, ela dá um grande passo quando reconhece os casais que vivem em união estável não regularizada legalmente, para os quais também defende o amparo social e previdenciário do Estado, bem como proteção aos seus filhos.

A emenda que trata da ordem econômica recebeu 16,8 por cento das assinaturas e contém pontos bastante polêmicos. Defende a primazia do trabalho sobre o capital, com a prioridade da remuneração do trabalho sobre a remuneração do capital. Afirma ainda que, ao direito de propriedade rural, deve corresponder uma obrigação social que, se não for atendida, provocará a perda sumária ou a desapropriação do imóvel. Os dois Bispos explicaram que esta



Dom Luciano mostra as emendas

emenda não atingiu números tão significativos de assinaturas porque a Igreja também orientou para que fossem apoiadas as emendas populares que tratam especificamente dos direitos dos trabalhadores e da reforma agrária. Mas a CNBB quis firmar seus princípios através desta emenda.

A quarta emenda que será entregue, e que obteve 12,9 por cento das assinaturas, é a que garante o direito à livre opção de concepções religiosas. Afirma também que a Constituição é promulgada "sob a invocação do nome de Deus". Dom Luciano Mendes de Almeida explicou que invocar o nome de Deus significa que a futura Constituição deve conter dispositivos que preservem a dignidade da pessoa humana. Dom Luciano disse não estar preocupado com a reação dos constituintes ateus:

— Aqueles que não acreditam em Deus não vão ficar prejudicados no caso de, Deus invocado, ajudá-los também. Não há nenhum detrimento nisso — afirmou.

As emendas de pacotes com as assinaturas das emendas populares da CNBB, e que ontem estavam empilhadas em uma sala da sede da entidade, serão entregues ao Deputado Ulysses Guimarães, às 15 horas de hoje, por cinco Bispos: além de Dom Luciano e Dom Celso Queiroz, estarão lá os Bispos de Bauru (SP), Dom Cândido Padin; de Uberaba (MG), Dom Benedito Ulhoa Vieira; e de Afogados da Ingazeira (PE), Dom Francisco Austregésilo de Mesquita — os três últimos integrantes da Comissão de Acompanhamento da Constituinte da CNBB.